

# "País ficará ingovernável"

## A constatação é de Sarney diante do projeto de Cabral

EUGENIO NOVAES



O ministro Brossard visitou ontem o líder Carlos Sant'Anna

## Sant'Anna: o texto é uma "mistura danada"

Sem saber sequer por onde começar a estudar o texto constitucional divulgado sexta-feira pelo relator Bernardo Cabral, que ele chama de "uma mistura danada", o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna disse ontem que decidiu estabelecer estratégias de ação. Até quinta-feira providenciará emendas para ver se consegue dar organicidade ao texto, para o que convocou especialistas por área do grupo Centro Democrático. Depois, então, pensará na maneira de entabular negociações para a fase de votação. Ele esteve ontem com o presidente Sarney, a quem fez minucioso relato dos problemas identificados no trabalho de Cabral.

Sant'Anna foi categórico ao assinalar que "quem estuda o projeto em nome do Governo sou eu", mas depois reconheceu que nele há uma parte muito hermética para alguém como ele, com formação na área de medicina. Dai recorrer a especialistas como os deputados Sergio Werneck e Nider Barbosa, nas áreas de tributos, finanças e economia em geral. De qualquer modo, apontou aspectos curiosos da redação, como o item IV, do artigo 6º, que não dá para entender a definição de liberdade, além das questões de mérito.

Para o líder governista, o projeto é difícil de tomar um jeito, pois "a salada misturou doce e salgado". Citou como exemplo a parte do Poder Executivo, onde não saiu o neoparlamentarismo como pretendiam os relatores adjuntos da Constituinte. Ele aceitava dividir com o Primeiro-Ministro a administração da burocracia federal, mas preservando o Presidente em seus poderes. Acabaram juntando o que eu queria com o que estava nos textos das comissões e ficou um monstinho — disse.

Segundo Sant'Anna, o trabalho admite um Presidente da República que é chefe de Estado, comandando-em-chefe das Forças Armadas mas não é

o chefe do Governo. Esse, aliás, comentou, não existe, mas, se supõe, seria o Primeiro-Ministro. O País precisa de um Executivo forte. E claro que não queremos um Executivo Imperial e aceitamos ampliar os poderes do Legislativo, mas como ficará a situação de um presidente eleito com 40 milhões de votos? — indagou o líder governista.

— "Figura decorativa", respondeu ele mesmo, achando que isso na forma como foi colocado por Bernardo Cabral fica muito difícil de aceitar. Na parte dos trabalhadores, diagnosticou, é pior ainda, porque as concessões são de tal porte que só um país com economia de vanguarda ou um superávit semelhante ao do Japão — com cem bilhões de dólares — poderiam suportar. Apon-tou entre essas vantagens a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas e aviso prévio para empregado doméstico. E preciso antes capacidade de gerar riqueza — recebeu Sant'Anna.

Ele considera utopia o artigo que dá a todo trabalhador rural o direito de propriedade individual ou corporativa, obrigando o Estado a garantir isso. Pode até ser justo, comentou, mas não adianta colocar na lei algo inexecutível.

O artigo 342, apontou, estabelece que a folha de salário é base exclusiva da seguridade. Com isso, garante o líder governista, acabará a educação no Brasil porque inviabiliza o salário educação, extingue o Sesi, Sesc, Senai e de quebra encerra com as previdências estaduais. Indagado como negociaria o texto, foi claro: "está complicado". E voltou a apontar outros problemas. Criaram um Fundo Nacional de Seguridade Social que é um superfundo, ao qual ficarão amarradas a saúde e a previdência social, quando a idéia dos profissionais dessa área é exatamente oposta. Sobre a anistia, disse que apesar de matéria vencida, foi tratada de tal forma que retroage a 1946, promovendo por merecimento e permitindo a retomada do serviço ativo, dando ainda direito a atrasados. Assim não é possível — arrematou Sant'Anna.

O líder governista disse que não conversou ainda com o relator Bernardo Cabral, mas também tem dúvidas sobre os efeitos práticos que isso traria agora. Assim, prefere primeiro colocar emendas ao texto na tentativa de lhe dar organicidade. E só depois começará as negociações formais, acreditando que nesse prazo contarão também com informações mais detalhadas sobre os conflitos existentes, podendo estabelecer meios de agir.

Segundo dom Edmundo, a crise econômica pode fazer o povo esquecer que a solução de seus problemas passa pelas normas que a Constituinte está elaborando.

"Se a futura Constituição resultar do anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização, dentro de curtíssimo prazo o País ficará totalmente ingovernável". Esta opinião, o presidente José Sarney expressou ontem a um grupo de assessores, com os quais analisou ponto por ponto da proposta de Constituição, durante este fim de semana. Um dos assessores que participaram do estudo de avaliação da proposta da futura Carta revelou que está sendo montada uma estratégia do Governo para mudar esta situação. "Começar tudo de novo", de modo que o texto final da futura Constituição venha a refletir, de fato, a aspiração da maioria da sociedade brasileira.

Este mesmo assessor contou que o Presidente chegou à conclusão que não há unidade entre as sugestões aprovadas e, por consequência, o resultado é absolutamente "inconsistente e inviável". Como exemplo de incoerência, Sarney citou o sistema de governo constante do anteprojeto. "Esta forma o Governo ficaria dividido em cinco partes — entre o presidente, o primeiro-ministro, o Conselho de Ministros, a Câmara e o Senado. Se já é difícil harmonizar as ações governamentais com um único presidente, imagine como ficaria com toda esta pulverização de poder!", considerou Sarney, segundo relato do assessor.

Se a futura Constituição representar o que consta do texto em discussão na Comissão de Sistematização, com a presença do Estado praticamente nula, dentro de, no máximo, 90 dias, teríamos uma grave crise com consequências imprevisíveis. Foi a conclusão a que chegaram Sarney e o seu grupo de assessores.

No exame do anteprojeto da Constituinte o grupo liderado por Sarney encontrou vários pontos de estrangulamento, conflitos, superposições de ações e muito espaço vazio, disse o assessor e explicou que "daqui para a frente o trabalho que se fará será no

sentido de coordenar todas as sugestões de forma que, respeitando a soberania da Constituinte, se impeça que prevaleçam os arranjos de grupos, que, em última análise, nada têm a ver com a aspiração da maioria da sociedade brasileira, que deseja uma carta moderna que possibilite a existência de instituições sólidas e coerentes.

Como exemplo de "incoerência" Sarney e seu grupo de assessores consideraram o tratamento econômico e social, quando esquece que o Brasil é um país pobre e em crise, sob o regime capitalista, e tenta impingir um Estado socialista que não reflete a realidade do País. Quando, por exemplo, introduz a jornada de trabalho de 40 horas semanais, que não é adotada pela maioria dos países ricos, ou a estabilidade no emprego.

Embora o assessor não tenha revelado a estratégia de ação que está sendo montada pelo presidente Sarney e sua assessoria, limitando-se a dizer que "o Presidente tem um grande poder na Constituinte, através dos elementos moderados", um influente político, ligado ao Planalto, informou que a idéia é fortalecer os grupos moderados do PMDB. A negociação se processará através do líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que comanda o Centro Democrático, bem como da ação dos governadores, que funcionarão como uma poderosa linha auxiliar sobre as bandadas.

A "cirurgia" pretendida pelo Palácio do Planalto, ainda de acordo com este político, passa pela definição de uma proposta mínima para a Constituinte com os pontos considerados fundamentais pelo Governo. Todo o poder de fogo de Sarney ficará concentrado neste programa mínimo que, além da duração do mandato presidencial — cinco anos — do sistema presidencialista de Governo, explicitará pontos relacionados com os setores econômicos e sociais do Governo.

## Coutinho: reserva de mercado ficará

São Paulo — "Tenho certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte aprovará a manutenção da reserva de mercado para os micros e pequenos computadores", declarou ontem o secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, argumentando que não observa tendência conservadora no Parlamento. "a ponto de rejeitar um projeto de lei que protege a empresa nascente". Para ele, a reserva é um recurso drástico, mas legítimo, que deve ser usado em condições excepcionais como é o caso em questão.

Luciano Coutinho disse que os produtos fabricados no Brasil sob a proteção da lei da reserva de mercado rapidamente se tornam competitivos no mercado

internacional, citando o caso dos microcomputadores de oito bits. Na década de 60, o carro brasileiro custava mais caro que o similar estrangeiro, mas ao longo do tempo esta diferença foi sendo reduzida", exemplificou o economista.

Em relação aos níveis de desemprego no País, o secretário-geral destacou que a curto prazo o Governo Federal deve acelerar os investimentos públicos e viabilizar modificações na política salarial, com o objetivo de elevar o poder de compra do trabalhador que ganha salário-mínimo e reativar a economia como um todo. "As perdas salariais registradas nos últimos anos devem ser recuperadas gradativamente", completou.



Mário Amato

## Mário Amato cumprimenta o CORREIO

O empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, cumprimentou ontem o CORREIO BRAZILIENSE pelo apoio que vem dando à preservação da liberdade de iniciativa no texto da futura Carta:

Sr. Diretor, "Na qualidade de presidente da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo, em nome do empresário industrial privado de meu Estado, cumprimentá-lo e ao C O R R E I O BRAZILIENSE, pela des-sobrada atitude em defesa da livre iniciativa, do regime pleno da economia de mercado, bases indispensáveis da democracia política e social em nosso país, no editorial intitulado "No país das maravilhas".

"Sem uma imprensa austera, independente, combativa e cônica da sua responsabilidade para com a sociedade e a pátria, corremos um risco iminente de vermos naufragar no aventureirismo demagógico e ideológico os mais caros princípios liberais democráticos que nos foram legados e que pretendemos transferir, aperfeiçoados e consolidados às futuras gerações de brasileiros.

"Contem vossa senhoria e o seu jornal, com a nossa solidariedade, especialmente nesta fase em que se luta para escoimar a futura Constituição das propostas que conflitam com as nossas mais caras tradições democráticas".



Mendes Canale

## Mendes Canale assume vaga no Senado

O senador Mendes Canale (PMDB-MS) assumiu ontem cadeira no Senado Federal, na vaga deixada há três meses pelo senador Marcelo Miranda, que assumiu o governo de Mato Grosso do Sul.

Mendes Canale exercia até ontem o cargo de superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).